



TRIBUNAL JUDICIAL DA COMARCA DO PORTO ESTE
PROCURADORIA DA REPÚBLICA
magistrada do Ministério Público Coordenadora

Despacho nº 4/2017-P_Este

(Organização do serviço de turno aos sábados, feriados nacionais e feriados municipais e nas férias judiciais de Natal de 2017 e Páscoa e Verão de 2018)

I.

(Turnos aos sábados e feriados)

Nos termos conjugados do disposto nos artigos 36.º, n.º 2, e 101.º, n.º 1 al. j), ambos da Lei n.º 62/2013, de 26-08 (LOSJ), na redação da Lei n.º 40-A/2016, de 22 de dezembro, e bem ainda do disposto nos artigos 53.º, n.ºs 1 e 2 e 57.º n.º 2, ambos do Decreto-Lei n.º 49/2014 (ROFTJ), de 27-3, a fim de assegurar o serviço urgente previsto no Código de Processo Penal, na Lei de Cooperação Judiciária Internacional em Matéria Penal, na Lei de Saúde Mental, na Lei de Proteção de Crianças e Jovens em Perigo e no regime jurídico de entrada, permanência, saída e afastamento de estrangeiros do território nacional, que deva ser executado aos sábados, nos feriados nacionais e municipais que recaiam em segunda-feira e no segundo dia feriado em caso de feriados consecutivos, designo os Magistrados do Ministério Público constantes do “**Mapa Anexo I**, com a observância do seguinte:

1 - Em cada um dos dias de turno acima referidos fica como suplente o Magistrado do Ministério Público do turno seguinte, no núcleo do município, sendo o último substituído por aquele que se lhe siga na ordem de designação (cfr. art.º 57.º, n.º 4 do Decreto Lei n.º 49/2014, de 27-03 (ROFTJ));



TRIBUNAL JUDICIAL DA COMARCA DO PORTO ESTE
PROCURADORIA DA REPÚBLICA
magistrada do Ministério Público Coordenadora

2 - Em caso de impedimento, ou no caso de surgir serviço de turno incompatível com a sua realização atempada por um só Magistrado, deve esse Magistrado contactar o suplente que, para esse efeito, deve assegurar a sua disponibilidade.

3 - A responsabilidade pelo serviço urgente, aos sábados e nos feriados que recaiam em segunda-feira e no 2º dia feriado, em caso de feriados consecutivos, abrangidos pelos vários períodos de férias judiciais, compete ao magistrado do Ministério Público designado nos moldes acordados para o respetivo período de férias judiciais, interrompendo-se a respetiva escala no período.

II.

(Turnos de férias judiciais)

No uso das competências que me são conferidas pelo artigo 101.º, n.º 1 al. j) da Lei n.º 62/2013, de 26-08 (LOSJ), na redação da Lei n.º 40-A/2016, de 22 de dezembro, e nos artigos 53.º a 55.º, ambos do Decreto-Lei n.º 49/2014, de 27-03 (ROFTJ), ouvidos os magistrados do Ministério Público, decide-se a organização do mapa de turnos para assegurar o serviço urgente nas férias judiciais do natal de 2017, incluindo os dias 1 a 3 de janeiro de 2018, das férias da Páscoa e Verão de 2018, incluindo o serviço urgente aos sábados e feriados que recaiam nestes períodos, nos termos que se seguem.

1 - Nas férias judiciais de **Natal (incluindo os dias 1, 2 e 3 de janeiro de 2018)** o serviço é assegurado, apenas, por Procuradores Adjuntos e é dividido em **três (3) turnos** da seguinte forma:



TRIBUNAL JUDICIAL DA COMARCA DO PORTO ESTE
PROCURADORIA DA REPÚBLICA
magistrada do Ministério Público Coordenadora

- a) O **primeiro turno**, será assegurado por três Procuradores Adjuntos, subdividindo-se em três (3) grupos de municípios e integra os dias: **22 e 23 e 25 a 27 de dezembro de 2017**;
- b) O **segundo turno** é, igualmente, subdividido em três (3) grupos de municípios e integra os dias: **28, 29 e 30 e 1, 2 e 3 de janeiro de 2018**.

Os grupos do primeiro e do segundo turnos subdividem-se da seguinte forma:

- Grupo 1:** engloba os núcleos de Amarante, Baião e Marco de Canaveses;
- Grupo 2:** engloba os núcleos de Felgueiras e Penafiel;
- Grupo 3:** engloba os núcleos de Lousada, Paços de Ferreira e Paredes.

Cada um dos grupos assegura, em cada período, todo o serviço do DIAP, de todos os Juízos Criminais e Cíveis, Central e Locais, e de Competência Genérica, e ainda todo o serviço de Instrução Criminal, Família e Menores, Execuções, Trabalho e Comércio, dos respetivos municípios.

2 – Nas férias judiciais da **Páscoa (incluindo os dias 26 a 31 de março e 02 de abril de 2018)** o serviço é assegurado por dois (2) Procuradores Adjuntos, subdividindo-se em **dois grupos de municípios, assim compostos:**

GRUPO A – integra os núcleos dos municípios de Felgueiras, Lousada, Paços de Ferreira e Paredes;

GRUPO B – integra os núcleos dos municípios de Amarante, Baião, Marco de Canaveses e Penafiel.

Cada um dos grupos assegura, em cada período, todo o serviço do DIAP, de todos os Juízos Criminais e Cíveis, Central e Locais, e de Competência Genérica, e



TRIBUNAL JUDICIAL DA COMARCA DO PORTO ESTE
PROCURADORIA DA REPÚBLICA
magistrada do Ministério Público Coordenadora

ainda todo o serviço de Instrução Criminal, Família e Menores, Execuções, Trabalho e Comércio, dos respetivos municípios.

3 - Nas férias judiciais de **Verão**:

a) Quanto aos Senhores Procuradores Adjuntos, são criados três (3) grupos,

que asseguram todo o serviço do DIAP, de todos os Juízos Locais Criminais e de Competência Genérica (na parte criminal), dos respetivos municípios:

GRUPO 1 – engloba os núcleos dos municípios de Amarante, Baião e Marco de Canaveses;

GRUPO 2 – engloba os núcleos dos municípios de Felgueiras e Penafiel;

GRUPO 3 – engloba os núcleos dos municípios de Lousada, Paços de Ferreira e Paredes;

b) Quanto aos Senhores Procuradores da República, são criados três (3) grupos por áreas:

GRUPO 1 – Área Criminal (apenas para o Juízo Central Criminal de Penafiel e Juízo de Instrução Criminal do Marco de Canaveses), integra os Senhores Procuradores da República do DIAP e do Juízo Central Criminal, num total de seis (6) magistrados;

GRUPO 2 – Família e Menores, (apenas para o Juízo de Família e Menores de Paredes e o Juízo de Competência Genérica de Baião) integra os quatro (4) Procuradores da República do Juízo de Família e Menores de Paredes, a Procuradora Adjunta e do Juízo de Competência Genérica de Baião, e ainda, mais uma (1) Procuradora Adjunta, perfazendo um total de seis (6) magistrados;

GRUPO 3 – Cível (incluindo os Juízos Central e Locais Cíveis, Juízo do Trabalho, o Juízo do Comércio e o Juízo de Execução,) integra os três (3) Procuradores da República do Juízo do Trabalho, dois (2) do Juízo do



TRIBUNAL JUDICIAL DA COMARCA DO PORTO ESTE
PROCURADORIA DA REPÚBLICA
magistrada do Ministério Público Coordenadora

Comércio e, ainda, o (1) Procurador da República do Juízo de Execução, num total de seis (6) magistrados,

c) Haverá **seis (6) turnos** a assegurar, cada um assim composto:

1º Turno – 16 a 21 (sábado) e 23 de julho;

2º Turno – 24 a 28 (sábado) e 30 e 31 de julho;

3º Turno – 1 a 4 (sábado) e 6 e 7 de agosto;

4º Turno – 8 a 11 (sábado), 13 a 14 de agosto;

5º Turno – 15 a 18 (sábado) 20 a 23 de agosto;

6º Turno – 24 e 25 (sábado) e 27 a 31 de agosto.

No período deve, ainda, observar-se o seguinte:

1) Os Senhores Procuradores da República designados para cada turno da área criminal asseguram as funções Hierárquicas relativamente ao serviço de inquéritos/DIAP, no respetivo período (designadamente, reclamações/intervenções hierárquicas em inquéritos urgentes, encaminhamento e dedução de parecer em acelerações processuais e em conflitos de competência);

2) Nos seus impedimentos os Senhores Procuradores Adjuntos de turno substituem-se entre si, por ordem decrescente de antiguidade e em caso de impedimento de todos serão substituídos pelo Procurador da República de turno na área criminal.

Nos seus impedimentos o Senhor Procurador da República de turno será substituído pelo Procurador Adjunto em serviço de turno no município onde se realize a diligência a que aquele não possa comparecer.

3) Os magistrados que não se encontrem no gozo de férias pessoais, e pese embora estejam dispensados do dever de assiduidade no período, deverão manter-se contactáveis para ocorrer a eventuais situações, **de carácter**

TRIBUNAL JUDICIAL DA COMARCA DO PORTO ESTE
PROCURADORIA DA REPÚBLICA
magistrada do Ministério Público Coordenadora

- excecional**, e coadjuvar os magistrados de turno, podendo substituí-los, se necessário, nas diligências que ocorram nos núcleos em que prestem serviço;
- 4) Os turnos aos sábados e feriados em férias judiciais serão assegurados pelos Procuradores Adjuntos em serviço de turno no respetivo município coadjuvados pelos restantes magistrados em serviço de turno;
- 5) Nas suas ausências e faltas, os magistrados designados são substituídos por aqueles que se lhes sigam na ordem de designação (art.º 57.º, n.º 4 do Dec. Lei n.º 49/2014 (ROSJ), de 27 de março). Assim, em todos os turnos, o Magistrado designado para o turno seguinte é simultaneamente substituto do Magistrado do turno anterior.
- 6) Nos respetivos períodos, o Procurador da República em serviço de turno, com maior antiguidade lista de antiguidade assume, nas ausências da magistrada do Ministério Público coordenadora, as competências de coordenação.

Nos termos expostos, foi estabelecido o “**Mapa Anexo II e III**” de turnos de férias Judiciais que faz parte integrante deste despacho.

*

Dê conhecimento:

- À Senhora Procuradora-Geral Distrital do Porto;
- À Senhora Juiz Presidente;
- À Senhora Administradora Judiciária, com solicitação da divulgação pelos senhores Magistrados Judiciais e pelos senhores Oficiais de Justiça escalados para o serviço de turno.



TRIBUNAL JUDICIAL DA COMARCA DO PORTO ESTE
PROCURADORIA DA REPÚBLICA
magistrada do Ministério Público Coordenadora

Comunique:

- A todos os magistrados do Ministério Público da Comarca;
- Ao Coordenador da equipa do IGFEJ para configuração dos acessos aos magistrados designados;
- Aos órgãos de polícia criminal e demais entidades com intervenção na área geográfica da Comarca, o mapa anexo.

*

Publicite via SIMP e divulgue pelos núcleos da Secretaria da Comarca do Porto Este.

*

Arquive em pasta própria.

Penafiel, 08 de novembro de 2017

A Magistrada do Ministério Público Coordenadora

(Maria José Eleutério – Procuradora da República)